



COMUNICADO DO PRESIDENTE DO PSD/AÇORES

Requisição civil na greve dos estivadores

A economia dos Açores está a sofrer prejuízos incalculáveis com a greve dos estivadores no porto de Lisboa, a inércia do governo da República e a passividade do governo regional.

A cada dia que passa avolumam-se as carências de bens em vários setores de atividade e os serviços mínimos fixados pelo governo da República são manifestamente insuficientes para resolver o problema.

Nas farmácias está iminente a rutura nos stocks de medicamentos, há obras paradas por falta de materiais de construção civil e centenas de automóveis e outras viaturas estão paradas no porto de Lisboa à espera de transporte para os Açores.

Também os agricultores açorianos estão a ser gravemente prejudicados com esta greve.

Faltam contentores para exportar gado vivo ou em carcaça. Há centenas de animais vivos que já deviam ter sido enviados para o exterior e que permanecem nas pastagens, o que acarreta prejuízos para os produtores.

Também as sementeiras do milho também podem estar em causa, dado que o stock de fertilizantes está na iminência de uma rutura.

Nenhum destes graves problemas para a economia dos Açores é resolvido pelos serviços mínimos fixados pelo governo da República.

Em Portugal continental há alternativas para o transporte de mercadorias. Nos Açores essas alternativas não existem.

Uma região que é totalmente dependente do transporte marítimo de mercadorias não pode estar sujeita à mera fixação de serviços mínimos.

Há que pôr cobro a esta situação inaceitável que tanto prejudica a economia regional.

O presidente do governo regional deve exigir imediatamente ao primeiro-ministro que proceda à requisição civil dos estivadores do porto de Lisboa para que o transporte de mercadorias para os Açores volte a ser efetuado com normalidade.

Ao contrário do que tem dito Vasco Cordeiro, na sua postura de subserviência a António Costa, a requisição civil pode ser feita independentemente do cumprimento dos serviços mínimos.



O decreto-lei 637/74, que regula a requisição civil, é muito claro ao referir que o governo da República pode tomar medidas para “assegurar o regular funcionamento de serviços essenciais de interesse público ou de sectores vitais da economia”.

A requisição civil justifica-se, por isso, inteiramente, até porque os prejuízos para a economia dos Açores vão agravar-se cada vez mais: a greve dos estivadores no porto de Lisboa vai prolongar-se até 16 de junho e existe já um pré-aviso de greve dos trabalhadores da administração do porto de Lisboa de 2 a 6 de junho.

A economia dos Açores não pode continuar a ser prejudicada pela fidelidade partidária do governo regional em relação à República ou pelo receio de Vasco Cordeiro em afrontar António Costa.

Os empresários açorianos também não podem continuar a ser prejudicados pelo medo que o primeiro-ministro tem de enfrentar os sindicatos afetos aos partidos de extrema-esquerda que suportam o seu governo.

25 de maio de 2016

O Presidente do PSD/Açores,

Duarte Freitas